



Para o senador, os políticos ficarão livres do fisiologismo

Parlamentarismo será alforria, afirma Richa

Marcondes Sampaio

"O parlamentarismo representará uma verdadeira carta de alforria para os políticos, que ficarão libertos da fisiologia". Essa é a opinião do senador peemedebista José Richa — um dos líderes parlamentaristas na Constituinte — ao contestar, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, as alegações dos críticos desse sistema, que vêem na adoção do parlamentarismo um risco de agravamento das disputas por cargos e bens do Governo.

Para Richa, a fisiologia não é estimulada pelos parlamentares que, ao contrário, seriam até vítimas dessa prática, a seu ver "imposta" pelos governos presidencialistas, com o objetivo de assegurar maioria no Parlamento. Lembrando que tal prática é da tradição brasileira, o senador paranaense afirmou que o atual governo "viciou-se muito" na utilização desse instrumento de cooptação política, tornando difícil sua eliminação, a persistir o sistema presidencialista.

Numa referência às recentes críticas do presidente Sarney aos constituintes, Richa observou que os governantes brasileiros costumam partir para essa reação contra os políticos quando o jogo fisiológico não é suficiente para controlar as crises que enfrentam.

O senador peemedebista desenvolve um raciocínio no mínimo original para minimizar a responsabilidade dos políticos pela fisiologia: "Ela existe porque o governante — Presidente, governador ou prefeito — toma a iniciativa" da distribuição de cargos e vantagens com objetivos políticos. No parlamentarismo, com a descentralização do poder, a fisiologia se torna inviável.

Em outras palavras, na visão de Richa, quando todo o Congresso tem participação na formação do governo, se torna mais difícil uma disputa por cargos em função de interesses menores "porque isso inviabilizaria a formação do gabinete".

Partidos

Até o início do ano, o senador entendia que a fragilidade do quadro partidário brasileiro não recomendava a adoção do parlamentarismo a médio prazo. Agora, Richa argumenta que, com

a implantação do sistema, os partidos e "órgãos intermediários da sociedade" tendem a ser fortalecidos.

A exemplo do que ocorre com a fisiologia, o ex-governador do Paraná aponta a debilidade dos partidos como um dos frutos negativos do presidencialismo.

"Quando se tem um sistema de governo tudo se contamina por ele — a organização partidária, a vida sindical e as entidades representativas da sociedade. Mudando o sistema, mudará também a forma de condução do processo político. Os partidos e as entidades passarão a adotar decisões verdadeiramente colegiadas, sem o centralismo atualmente existente na figura dos seus presidentes.

Richa prevê, igualmente, um gradual aprimoramento dos níveis de representatividade do Congresso, "porque todas as lideranças políticas que tenham projetos de governo terão de passar pela Câmara".

"Quando se quer aumentar as responsabilidades de alguém, a melhor solução é atribuir-lhe maiores deveres. Um jovem que se casa se torna mais responsável, mais ainda quando nasce um filho. Algo parecido ocorre com as instituições. Se o Congresso é acusado de desleixado é porque permaneceu esses anos todos sem poder".

Sem nomes

Apontado como uma das alternativas do PMDB para tornar-se primeiro ministro do novo sistema, Richa evitou citar nomes mais qualificados para esse posto, comentando: "Sempre me recuso a me fixar em nomes porque aí a tendência da gente é ficar desanimado".

Nessa afirmação está implícito o reconhecimento da crise de lideranças no país: "Quando se chega a uma situação em que não se tem grandes lideranças, uma liderança forte, o que se tem de fazer é somar as lideranças intermediárias, e o parlamentarismo é o sistema que melhor permite isso".

Ainda para justificar sua recusa à indicação de nomes, argumentou Richa: "O que eu quero é viabilizar o parlamentarismo. Falar em nomes pode ser prejudicial. Todos nós temos amigos e inimigos, mas nessa hora é melhor não falar nisso".

"Transição" previa adiamento

Gerson Menezes

A tese de «transição com Aureliano Chaves» chegou a ser articulada no PFL, junto aos integrantes da Comissão de Sistematização, de modo que, aprovado o parlamentarismo, ele viesse a ser implantado somente no final do próximo Governo.

A informação é do deputado Alenci Guerra (PR), confirmando matéria publicada pelo *JBr* no último sábado sobre uma articulação para lançar a candidatura Aureliano Chaves. O próprio parlamentar, no entanto, considera que o ministro "perdeu a oportunidade" de viabilizar a tese, por não ter lançado sua candidatura antes da votação do regime de Governo na Comissão de Sistematização. Ele acha ainda que o *staff* do presidente Sarney está cometendo erros que reforçam a tese de implantação imediata do parlamentarismo.

Alenci Guerra é um dos dez parlamentares do PFL que o líder José Lourenço (BA) tentou retirar da Comissão de Sistematização, na esperança de impedir a aprovação do parlamentarismo. Lourenço, sem sucesso, acabou prejudicando a articulação em torno de Aureliano, com a previsível rejeição, agora, por parte desses parlamentaristas do PFL, de qualquer negociação para adiar a implantação dessa forma de governo. A ideia era adiar o parlamentarismo para permitir que Aureliano concorresse em um regime presidencialista.

Divergências

As opiniões entre os pefelistas quanto à data ideal de implantação do parlamentarismo divergem, de qualquer modo. O líder do Senado, Carlos Chiarelli, que Lourenço também tentou tirar da Comissão de Sistematização, defende opinião que se harmoniza com a fórmula pretendida por Aureliano. Ele argumenta que é preciso criar, antes, uma estrutura sólida para implantar o novo sistema de Governo e lembra que uma emenda de sua autoria estabelece essa implantação para 15 de março de 1991. Na hipótese de se reduzir o atual mandato presidencial, Chiarelli aceita a tese de novo mandato com regime presidencialista, ao final do qual seria implantado o parlamentarismo.

Corrupção da instituição é pior, diz Ruy

"Em setembro/outubro do ano passado a EBN fez uma licitação para contratar serviços de informática na cobertura das eleições. Entraram muitas empresas, dentre elas três estatais, e a menor proposta foi Cz\$ 520 mil. Antes de adjudicar o trabalho, chamei meu filho, que é programador de computadores, e lhe mostrei o processo. Ele me disse que o preço era excessivo e se comprometeu a fazer o programa e operá-lo. Fez, operou e recebeu como pagamento Cz\$ 2 mil — exatamente a mesma importância que receberam os contínuos que trabalharam durante os dias da apuração".

"Depois disso — prossegue Ruy — comecei a informatização da empresa, o que nos obrigou a comprar equipamentos e fazer novos programas operacionais. Convidei-o para me ajudar nessas tarefas, pois pouco entendo de informática, e o contratei como Auxiliar Técnico I — o nível mais baixo que a legislação me autorizava contratar. Ele veio ganhando três mil e poucos cruzados mensais e economizou para a EBN, em poucos meses, o correspondente a cerca de vinte anos de seus salários. Naturalmente o sr. Getúlio Bittencourt se esqueceu de dizer que, antes de sair, demiti meu filho, apesar de um abaixo-assinado dos funcionários pedindo sua permanência".

O ex-diretor da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), jornalista Ruy Lopes, voltou ontem a acusar o diretor da Secretaria de Comunicação da Administração Federal (Secaf), Getúlio Bittencourt, de estar patrocinando a corrupção das instituições, "o que é muito pior do que a corrupção pessoal". Em entrevista dada ao *JBr*, publicada na edição do último domingo, Lopes já havia acusado o dirigente da Secaf de ter patrocinado a transferência da EBN para a esfera de controle do Palácio do Planalto, na "tentativa de se criar um superministério clandestino cuja máquina poderá desestabilizar qualquer ministro".

Ontem, Ruy Lopes foi à réplica às declarações de Getúlio Bittencourt que havia acusado o ex-diretor da EBN de "mentiroso", "incompetente" e "moralmente corrupto" por suas declarações feitas ao *JBr*.

"A falta de argumentos para defender a linha viciosa que tenta impor à área de comunicação social do Governo ele parte para ataques pessoais, numa tática muito utilizada pelos integrantes de organismos de informação; desmoralizar o denunciante, para que as denúncias não subsistam", defende-se Ruy Lopes.

Parentes

Os ataques pessoais a que se refere o ex-diretor da EBN são as acusações de Getúlio Bittencourt de que Ruy Lopes teria nomeado o seu filho para o setor de informática da empresa e um assessor para o escritório da EBN no Rio de Janeiro, sobrinho do ex-secretário-geral do Ministério da Justiça, Honório Severo, que "não comparecia ao trabalho".

Ruy desafia Getúlio a mostrar qualquer documento com sua assinatura, nomeando aquele assessor. Quanto a seu filho, defende-se:

Trem da alegria

Getúlio Bittencourt acusa ainda o ex-diretor da EBN de ter começado sua carreira no serviço público como funcionário do Senado, nas nomeações do trem da alegria.

Sobre as acusações respondeu Ruy Lopes: "Ao assumir o mandato, cada senador tem o direito de escolher um assessor pessoal, que será pago pelo Senado. Quando foi eleito, em 1982, o sr. Severo Gomes convidou-me para essa função. Consulte a *Folha de S. Paulo*, jornal para o qual escrevia, e não houve oposição. Então, aceitei, e creio ter retribuído com trabalho a cada centavo do que me foi pago antes de vir para a EBN. E de novo é infeliz a lembrança do sr. Getúlio Bittencourt: o então senador Sarney escolheu como sua assessora a Roseana. Essa escolha foi imoral também, no conceito do dirigente da Secaf?".

Em sua entrevista ao *JBr*, Ruy Lopes afirma que foi ele quem escreveu a entrevista de Getúlio Bittencourt e de Haroldo Cerqueira Lima (o Leleco) com o presidente João Figueiredo para a *Folha de S. Paulo* que lhes deu o prêmio Esso. Segundo Bittencourt, é mais uma mentira de Lopes.

O ex-diretor da EBN conta sua versão dos fatos envolvendo a reportagem que deu a Leleco e a Bittencourt o prêmio Esso:

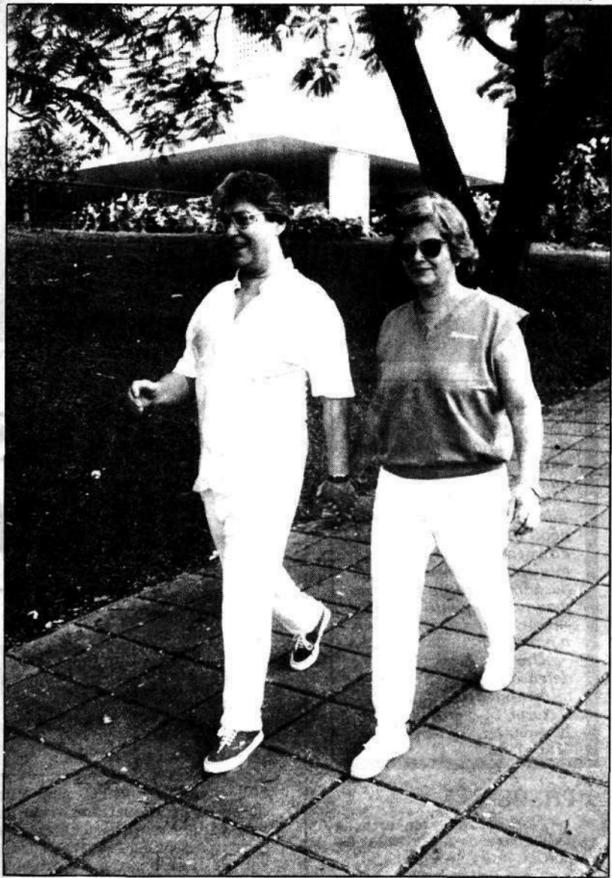
"Não quis retirar os méritos da entrevista com o presidente Figueiredo pelo Getúlio e pelo Haroldo Cerqueira Lima. Eles fizeram um bom trabalho profissional. Mas quem a escreveu realmente fui eu, enquanto os dois, sentados à frente da minha mesa, rememoravam os lances da conversa. Há uma dezena de testemunhas desse fato".

Retificação

Por erro de revisão, foi adulterada frase do jornalista Ruy Lopes na entrevista que publicamos no último domingo. Ruy afirmou que a tentativa da Secaf de criar um "ministério clandestino" de informação no governo Sarney. A expressão foi substituída, indevidamente, por "ministério indesejado".

Covas prega lançamento de candidato em janeiro

Valério Ayres



O líder caminhou ontem, e hoje retoma a liderança do PMDB

Comissão aprecia hoje texto sobre Judiciário

A Comissão de Sistematização vai apreciar a partir de hoje o capítulo de hoje o capítulo que trata do Poder Judiciário no substitutivo do relator



Bernardo Cabral (PMDB-AM). A principal novidade neste capítulo de anteprojeto de Constituição é a criação do Superior Tribunal de Justiça, que vem causando muita polêmica entre os constituintes, já que alguns setores da Sistematização acreditam que este órgão acaba esvaziando as atribuições do Supremo Tribunal Federal, instância máxima do Judiciário.

De acordo com o substitutivo de Bernardo Cabral, são atribuições do Superior Tribunal de Justiça julgar e processar nos crimes comuns os governadores dos estados e do Distrito Federal. O tribunal também poderá julgar por crimes comuns e de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, além dos que compõem os Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Trabalho e do Ministério Público da União.

Os ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo presidente da República, depois que o Senado Federal aprovar a escolha de seus nomes. Serão 33 ministros escolhidos na seguinte proporção: um terço dentre os juizes dos Tribunais Regionais Federais; um terço dentre os desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista triplíce elaborada

pelo próprio Tribunal e um terço, em partes iguais, entre advogados e membros do Ministério Público Federal, estadual, do Distrito Federal e dos territórios.

Conselho de Justiça

Caberá ainda ao Superior Tribunal de Justiça julgar os mandatos de segurança, os *habeas data* e os mandatos de injunção — duas novidades do anteprojeto — contra os ministros de Estado ou de próprio Tribunal. O Tribunal poderá também julgar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e as administrações de outro, ou do Distrito Federal, ou ainda entre estes e a União.

O Superior Tribunal de Justiça terá atribuições de julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos estados, do Distrito Federal e territórios, quando contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

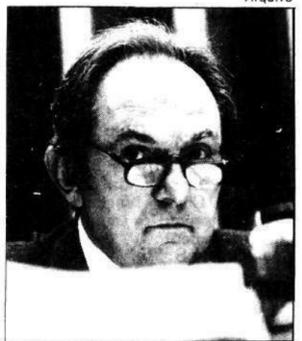
Outra novidade no capítulo que trata do Poder Judiciário é a criação do Conselho Nacional de Justiça. A atribuição principal desse órgão, que funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça, será o de fazer o controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público. A composição do conselho será feita com membros indicados pelo Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Plenário começa amanhã a votar o substitutivo

O plenário da Assembléia Nacional Constituinte começa a apreciar a partir de amanhã o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Os pontos polêmicos podem ficar para a semana que vem, como a jornada de trabalho e a estabilidade no emprego, aprovadas no plenário da Sistematização e que polarizam as discussões entre a esquerda e a direita.

Desde a aprovação na Sistematização, a esquerda e a direita já se articulam para o embate no plenário da Constituinte. Para mudar o texto do substitutivo serão necessários 280 votos e é com eles que os setores conservadores pretendem contar para fazer prevalecer suas teses.

Os conservadores ligados a setores empresariais querem mudar o artigo 6º do anteprojeto que trata da garantia de emprego. Nesse artigo o trabalhador fica protegido contra a despedida imotivada desde que por falta grave, que terá que ser definida em lei ordinária. O texto do substitutivo também estabelece que o empregado só poderá ser demitido por justa causa se a empresa alegar razões de ordem econômica, de ordem intransponível, mudança tecnológica ou fortuito. Todos esses critérios terão que ser previstos na legislação trabalhista.



Bernardo Cabral (PMDB-AM)

Jornada

Outra questão trabalhista que também deverá polarizar o plenário da Constituinte, será a jornada de trabalho. Os constituintes da Sistematização aprovaram uma jornada de 44 horas semanais, mas os empresários querem manter as atuais 48 horas e prometem reverter a derrota que sofreram.

Além da jornada e da demissão imotivada, que se forem mantidas provocarão um "festival de demissões", segundo o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, os empresários vão lutar para derrubar as horas extras em dobro e a licença remunerada a gestante pelo prazo de 120 dias.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que hoje reassume o cargo, após um afastamento de 45 dias, afirmou ontem que já a partir de janeiro o partido deve tomar as providências iniciais para o lançamento do seu candidato à Presidência da República. Covas manifestou-se convencido do êxito da mobilização com vistas à realização da eleição presidencial no próximo ano, bem como da aprovação, pelo plenário da Constituinte, do sistema parlamentarista de governo, aprovado na semana passada pela Comissão de Sistematização.

Quatro quilos mais magro e demonstrando boa forma física, Covas chegou a Brasília domingo à noite e no final da manhã de ontem fez uma caminhada de mais de três quilômetros, entre a sua residência SQS 309 e a SQS 105. Dizendo que está se sentindo "muito bem", após convalescer da operação de pontes safena que fez em setembro, o líder do PMDB explicou aos repórteres que retomará "paulatinamente" suas atividades parlamentares, mas reassumirá "imediatamente" a liderança, que foi ocupada, interinamente, pelo deputado paranaense Euclides Scalco.

O senador paulista procurou, pela manhã, evitar contatos com a imprensa. Mas, ao descer do apartamento, ao meio-dia para uma caminhada de 40 minutos, conversou descontraidamente com os repórteres. Covas ironizou a última reforma ministerial, respondendo aos jornalistas que está "esperando essa reforma para se manifestar sobre o assunto".

Ao reafirmar sua antiga posição por um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, Covas explicou que essa opinião não decorre do desgaste do Governo, "mas da lógica do processo". Por essa lógica, segundo o senador, o mandato do atual Presidente deve terminar com o fim do processo de transição política e esse processo, a seu ver, estará concluído com o promulgação da nova Constituição.

Covas considerou inviável a ideia do "Centro Democrático" do PMDB, de preparar um substitutivo global para a nova Constituição, considerando que isso seria "violento" o espírito de elaboração "de uma Carta que — observou — deve ter ampla participação dos constituintes.

Convicto da adoção do sistema parlamentarista, Covas lembrou que, num levantamento feito entre os constituintes, logo após o pronunciamento em que o presidente Sarney anunciou, em maio, que abria mão de um ano de mandato, 97 parlamentares se manifestaram pelo parlamentarismo, 30 por um sistema misto e apenas sete pelo presidencialismo.

O líder peemedebista disse estar informado de que a ideia das diretas-88 "engrossou" nas últimas semanas e considerou a retomada da mobilização popular importante para a consolidação desse objetivo.

Líder reassumirá a luta pelas diretas

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse ontem à tarde que irá retomar a campanha das eleições diretas-88, pois é evidente que o movimento cresceu muito mais em virtude de uma análise da crise política que o País atravessa, do que por motivos eminentemente políticos. "A transição acabou" — afirmou.

Covas, que reuniu ontem em seu apartamento os vice-líderes, deputados Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Antônio Britto e Nelson Jobim, para "inteirar-se dos acontecimentos políticos", preferiu não opinar, desta vez, sobre a reforma ministerial efetuada por Sarney. O senador acha que ela foi realizada com o objetivo de alargar sua base política.

Considerou ainda um absurdo a tentativa do grupo Centro Democrático de recorrer ao STF contra o funcionamento paralelo do plenário e da Comissão de Sistematização. "Qualquer assunto da Constituinte deve ser resolvido no seu âmbito" — reagiu. Para o senador, o funcionamento concomitante do plenário com a Sistematização só irá facilitar os trabalhos de elaboração da Constituição.

Sarney terá segurança sem precedentes

Belo Horizonte — Ao contrário das outras visitas oficiais do presidente Sarney a Minas, quando o credenciamento dos repórteres era feito pela própria assessoria de imprensa do governo de Minas, sem qualquer burocracia, o Ministério do Exército está fazendo exigências sem precedentes mesmo nos anos mais duros do regime militar, para o credenciamento não apenas dos jornalistas que vão cobrir as seis horas e 25 minutos que o Presidente da República ficará em Minas, no próximo dia 6, mas também dos motoristas, garçons e outras pessoas, que trabalharão na sede urbana do Pampulha Iate Clube, onde o presidente e comitiva almoçarão. O novo esquema de segurança é consequência do apedrejamento da comitiva presidencial, há três meses, no Rio.